

REPORTAGEM ESPECIAL

A partir de abril, será ampliado o número de equipes de atenção à saúde aos moradores de rua, chamados de **Consultórios de Rua**

MORADOR DE RUA MAIS EDUCAÇÃO, SAÚDE E ABRIGO

PRISCILLA THOMPSON
ppessini@redgazeta.com.br

A partir de abril, a Prefeitura de Vitória vai aumentar o número de equipes de atenção à saúde aos moradores de rua e estender os dias e horários de funcionamento dos chamados Consultórios de Rua. A ampliação é uma das ações anunciadas pela prefeitura com o objetivo de aproximar-se dessa população e convencê-la a buscar tratamentos de saúde, sobretudo contra as drogas. Também serão criados cursos profissionalizantes e novos abrigos.

Atualmente, apenas um Consultório de Rua e uma equipe – formada por dois psicólogos, um enfermeiro, um assistente social e um técnico em higiene bucal – percorrem bairros e praças da cidade para atender à população de rua, em um trabalho complementar aos acolhimentos feitos pelas equipes de Abordagem de Rua, explica a subsecretária de Atenção à Saúde, Fabíola Rios.

EQUIPAMENTOS

Até meados de abril, serão três novas equipes e mais dois consultórios instalados dentro de uma van, equipados com maca, mesas de atendimento, medicamentos e aparelhos para exames básicos. O custo de cada van equipada é de cerca de R\$ 350 mil.

“O atendimento será estendido até a meia-noite (hoje funciona até as 17h) e passará a ocorrer tam-



CHICO GUEDES

Rejeitada, ela vive em um abrigo e quer recomeçar
Moradora de um abrigo da Prefeitura de Vitória, M. viveu nas ruas da Capital e de outras cidades do país quase toda a vida, depois de ter sido rejeitada pela família devido à sua homossexualidade. Agora, ela pensa em recomeçar sua história.

“Para viver na rua você tem que beber, se não você não dorme. Não quero mais isso para mim. Vou alugar um quatinho e voltar a viver de verdade”

—
M. mora em um abrigo

bém nos finais de semana. O objetivo é ter mais gente na rua, porque precisamos criar vínculos para que eles aceitem tratamento”, diz.

DEPENDÊNCIA

Segundo a prefeitura, pelo menos 28% dos moradores de rua abordados neste ano dizem querer tratar a dependência química. Das 103 pessoas cadastradas até agora, 44% dizem querer ser acolhidos pelos abrigos. Percentuais menores manifestam também o desejo de voltar para as suas famílias ou para sua

—
“Vamos estar ao lado de cada morador de rua, o tempo todo, para convencê-lo a sair das ruas”

—
LUCIANO REZENDE
PREFEITO DE VITÓRIA

cidade natal. “Não vamos forçar ninguém a sair da rua. Vamos dar condições para que eles queiram sair”, afirma o prefeito Luciano Rezende. Ele também anunciou que vai criar novos abrigos em um espaço que já está sendo estudado pela prefeitura e ampliar as vagas nos já existentes. A Hospedagem Noturna, que hoje conta com 32 vagas, vai receber mais oito vagas este mês.

Quem já saiu das ruas conta o desafio diário que é se manter vivo. “As pessoas acham que a gente não tem

casa porque não quer, que bebe porque é alcoólatra. Na verdade, ninguém quer estar na rua, e a gente só bebe porque precisa dormir e porque, se for morto, não vai sentir nada. No abrigo, fui muito acolhida. Já penso até em ter a minha própria casa”, diz M., que hoje mora em um abrigo da prefeitura.

PROFISSÃO

Até o final do ano, a prefeitura também promete criar a Escola da Vida, na região de São Pedro, que vai oferecer cursos profissio-

nalizantes e encaminhamento ao emprego à população de rua. “Vamos dar todas as condições para que eles queiram sair das ruas. As praças serão ocupadas com atividades de lazer também para eles, e vamos criar políticas de habitação”, promete o prefeito.

E completa: “Hoje, temos duas ações muito claras no país: ou não se faz nada ou tiram-se as pessoas da rua à força. Acreditamos que há um longo caminho entre uma coisa e outra, e é esse caminho que vamos percorrer”.

Movimento Nacional de População de Rua: 500 pessoas vivem em vias de Vitória

Integrantes do Movimento Nacional da População de Rua no Estado reclamam da falta de políticas de habitação voltada para a população de rua e da falta de vagas nos abrigos da Capital. “Antes de dizer que as pessoas serão retiradas das ruas, é preciso saber para onde elas serão levadas. Os abrigos, hoje, não atendem nem à metade da demanda”, diz a coordenadora do movimento no Estado e ex-moradora de rua, Rosângela Cândido Nascimento.

Segundo ela, atualmente existem cerca de 500 moradores de rua na cidade. O prefeito Luciano Rezende, porém, afirma que são aproximadamen-

te 200. “O problema é muito maior do que o que está colocado. É complicado lançar para a sociedade a ideia de que vão tirar as pessoas das ruas sem dar habitação para elas. Isso pode acabar criando conflitos difíceis de se resolver com o diálogo”, alerta.

MUDANÇAS

A Prefeitura de Vitória afirma, porém, que está estudando mudanças na política de habitação e cita, por exemplo, a possibilidade de pagamento de aluguel social para as famílias encontradas nas ruas. “Temos realizado reuniões mais de uma vez por semana com diversos setores para debater essas



—
“É preciso criar condições para que o morador de rua saia das ruas. Só falar não adianta”

—
ROSÂNGELA CÂNDIDO
 COORDENADORA DO
 MOVIMENTO DE
 POPULAÇÃO DE RUA

e outras questões”, diz o prefeito.

Criado em 2010, o movimento no Estado também luta a favor da não violência contra moradores de rua e pelo desenvolvimento de ações nas áreas de saúde, educação, trabalho, lazer e cidadania voltados para essa população.

“Quem está ou esteve nas ruas tem uma trajetória marcada por conflitos. A minoria é usuária de drogas, ao contrário do que se diz. Há casos de transtorno mental, abandono familiar e até vítimas de violência doméstica. É preciso olhar para cada caso com muito cuidado e tratar todos eles em separado”, defende Rosângela.

Grupo mobiliza-se até nas redes sociais

Para lutar pelos seus direitos, o Movimento de População de Rua mobiliza a sociedade não só nas próprias ruas, mas também nas redes sociais e em uma página na internet. Eles também produzem um boletim mensal, impresso com apoio da Arquidiocese de Vitória, que traz informações sobre as discussões de políticas públicas em todo o país, notícias de interesse da população de rua e a agenda do movimento no mês. É o “Tá Na Rua”.

No país, o movimento surgiu em 2004, mas chegou ao Espírito Santo apenas em 2010. Aqui, conta com seis coordenadores – todos moradores ou ex-moradores de rua – e diversos grupos apoiadores, como a Arquidiocese, a Associação Capixaba de Redução de Danos (Acard), a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Vitória, o Centro de Defesa de Direitos Humanos da Serra, o Coletivo Fazendo Direito, entre outros.

A coordenadora do movimento no Estado, Rosângela Cândido Nascimento, explica a impor-

tância da organização. “Hoje, vivemos em uma situação de criminalização da população de rua e precisamos discutir cada vez mais esse assunto, levar o debate para todas as pessoas que moram na cidade. Queremos ser ouvidos, mostrar a nossa cara e debater os assuntos de igual para igual. A ideia de estar na internet facilita essa integração”, comenta.

DECRETO

Rosângela lembra que, em 2009, um decreto instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua, mas diz que pouco dele tem sido debatido pela sociedade.

“É o Decreto 7.053, que é posterior; inclusive, a uma lei municipal que também garante uma série de direitos, como o acesso à educação e ao trabalho. As pessoas falam muito no seu direitos, mas não olham para quem está nas ruas. Não podemos generalizar e dizer que todo morador de rua é usuário de crack ou criminoso. Somos todos cidadãos e temos direitos garantidos”, frisa.



Expulsa de praça, Sheila Cristina Pereira Soares, 35, afirma ter sido agredida e presa por desacato à autoridade

Salvo-conduto para permanecer nas praças

Em dezembro do ano passado, a ex-moradora de rua Sheila Cristina Pereira Soares, 35 anos, conseguiu na Justiça um documento que a resguarda de qualquer tentativa do poder público de tirá-la das ruas de Vitória. Segundo Sheila, ela procurou pela Justiça depois de ter sido agredida por policiais militares, em setembro de 2012.

“Eu dormia na Praça da Costa Pereira, e, uma noite, eles quiseram me forçar a sair de onde eu estava

para ir para a chuva. Eu me recusei e fui agredida. Minhas coisas todas foram espalhadas. Apanhei muito e acabei indo parar na delegacia, porque disseram que eu desacatei a autoridade deles”, conta.

O salvo-conduto que Sheila agora carrega na bolsa garante a ela um direito básico de todo e qualquer cidadão: o direito de ir e vir. A diferença, explica um dos advogados que entraram com o pedido dela na Justiça, José Roberto

de Andrade, é que agora ela não precisa temer represálias. “As autoridades estavam criminalizando o fato de ela estar na rua, e isso não é crime”, explica.

Sheila já não mora nas ruas há nove meses e atualmente trabalha como cuidadora de idosos. Conta que nunca teve a intenção de exigir da Justiça o direito de morar na rua, porque essa nunca foi a sua vontade.

“Saí de casa com 12 anos de idade, vítima de

abuso sexual, e tive uma vida muito difícil. Tive meus filhos na rua, catava papelão para sustentá-los. Dois deles acabaram sendo tirados de mim e levados para a adoção. Estava perdida mesmo. Se hoje saí das ruas foi porque as pessoas me ajudaram. Ninguém quer passar por isso”, destaca.

Procurada para comentar o assunto, a Polícia Militar disse não haver registros sobre esse fato na corporação.

AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS

Abrigos

▼ Hoje

A prefeitura possui um abrigo, com 40 vagas; uma hospedagem noturna, com 32 vagas; um Centro de Referência Especializado de Assistência Social para População de Rua (Centro-Pop), com 100 vagas; e duas casas-lares (para pessoas com transtorno mental), com 15 vagas cada uma

▼ Mais vagas

Serão abertas mais oito vagas na Hospedagem Noturna. Também há expectativa de criação de novos abrigos, mas ainda não há prazo

Consultórios de Rua

▼ Hoje

Atualmente, apenas um consultório e uma equipe atende a toda a população de rua, oferecendo serviços de saúde

▼ Abril

Em abril, vão entrar em funcionamento três novos consultórios, e serão contratadas duas novas equipes, com enfermeiros,

psicólogos, técnicos em higiene bucal e assistentes sociais

Educação

▼ Hoje

Desde o ano passado, cerca de 20 moradores de rua frequentam as aulas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) para ensino fundamental, oferecidas no Centro-Pop

▼ Expansão

A intenção é expandir a oferta de vagas no EJA para essa população

Trabalho

▼ Hoje

Não há oferta de cursos de profissionalização, e os encaminhamentos a emprego são feitos por iniciativa das equipes de abordagem, de forma descentralizada

▼ Final do ano

Será criada a Escola da Vida: um centro de educação profissionalizante e encaminhamento ao emprego, a ser instalado na região de São Pedro